

Reprodução: Daniel Garcia

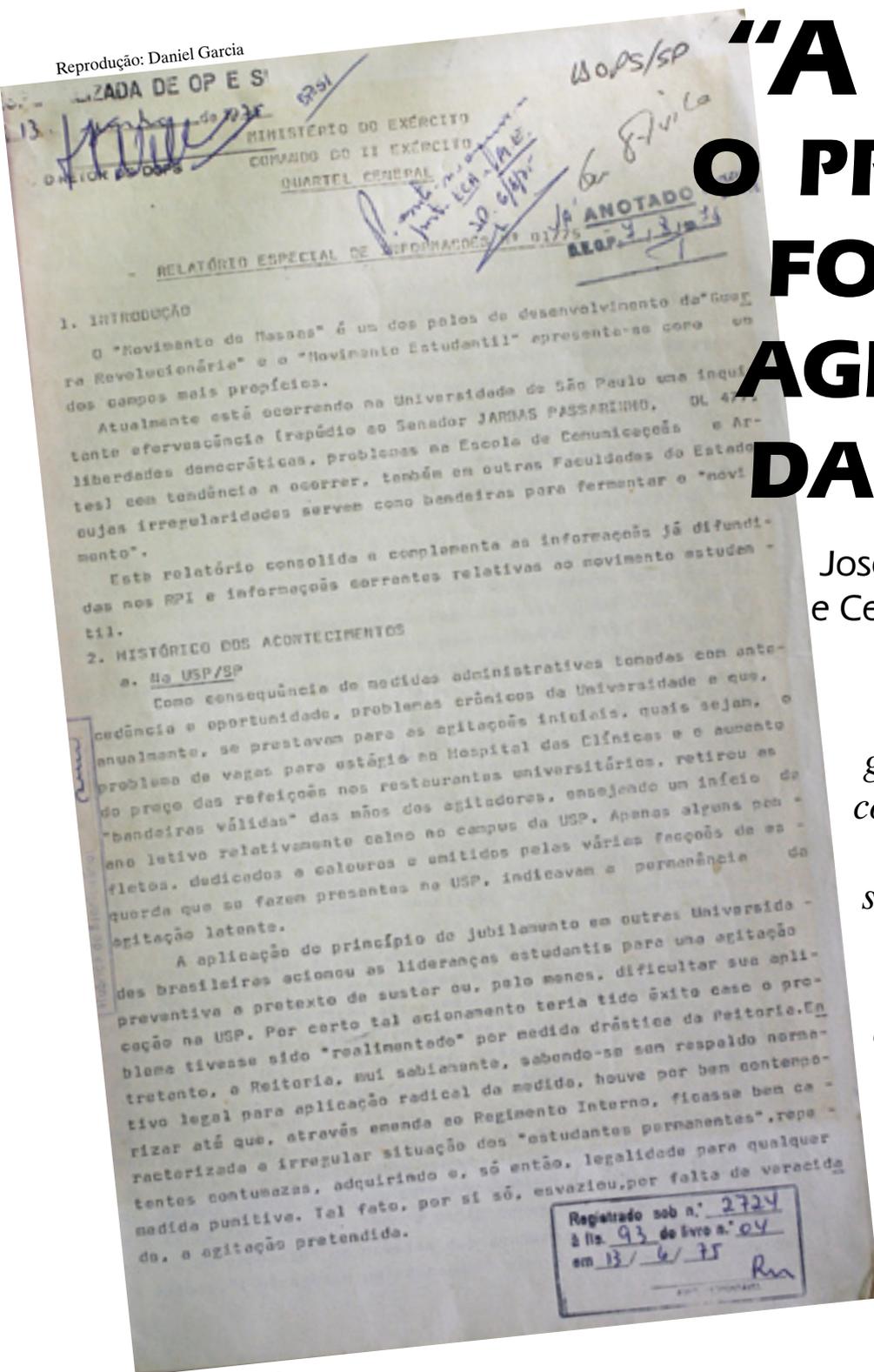
# “A ECA É O PRINCIPAL FOCO DE AGITAÇÃO DA USP”

José Chrispiniano  
e Cecília Figueiredo  
Jornalistas

*A frase, assinada pelo general Ednardo D’Ávila, comandante do II Exército, revela que os órgãos de segurança acompanhavam detidamente a greve estudantil iniciada em abril de 1975. O diretor da Escola de Comunicações e Artes, tido como agente da repressão, colaborava ativamente com a perseguição e prisão de líderes estudantis, e sua atuação foi uma*

*das causas da greve. O assassinato de Vladimir Herzog pelo DOI-Codi do II Exército, em outubro do mesmo ano, gerou uma onda de paralisações estudantis em faculdades públicas e privadas*

**Documento do II Exército, assinado pelo general Ednardo, vê na ECA “o principal foco” de agitação**



**M**erecem ser contadas muitas das histórias do movimento estudantil da USP durante a Ditadura: a ocupação do prédio da rua Maria Antonia pelos estudantes e a do Conjunto Residencial (Crusp) pelo Exército, ambas em 1968; as venturas e desventuras dos que saíram da universidade para a luta armada contra o regime; o show de Gilberto Gil na Escola Politécnica em 1973, reconstituído pelo jornalista Caio Túlio Costa no livro *Cale-se*; e inúmeras outras que poderiam ser extraídas dos arquivos do Dops ou reconstituídas pela memória dos seus protagonistas.

Mas há três histórias que, entrelaçadas, dizem respeito à reorganização do movimento estudantil nos moldes que permaneceriam até os dias de hoje, no período em que se iniciava a chamada “distensão democrática”, no governo do general-presidente Ernesto Geisel: a greve dos estudantes da Escola de Comunicações e Artes (ECA) em 1975; as paralisações em protesto contra o assassinato de Vladimir Herzog; e a recriação do DCE em 1976.

A fonte principal destas histórias será o material encontrado no Dops, a crônica de uma vigilância intensiva que incluía relatos diários de agentes que se dedicavam a monitorar a vida

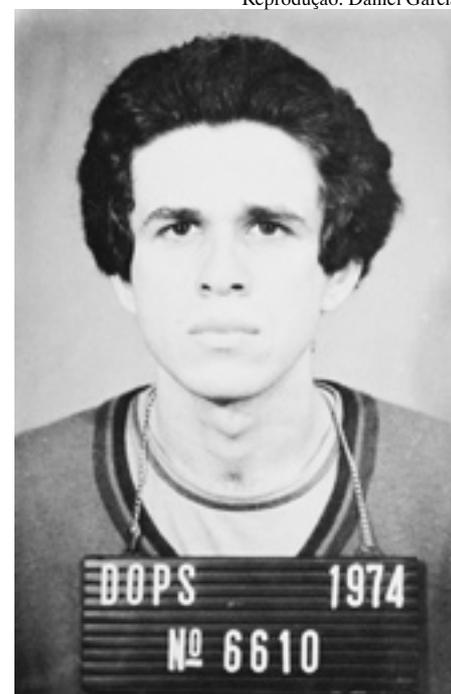
dos estudantes, registrando ao mesmo tempo a história do movimento estudantil e de uma burocracia dedicada à perseguição ideológica. A eleição do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (Calc) em 1975, por exemplo, foi monitorada por pelo menos três agentes do Dops. E estes não eram os únicos a frequentar o campus.

Exército, Aeronáutica, Polícia Federal ocupavam-se de fatos que aos olhos de hoje são absolutamente banais: circulação de panfletos e cartazes, realização de seminários e debates, existência de um Diretório Central dos Estudantes (DCE) — nos anos 1970, isso era caso de polícia, e mesmo

**Em 16/4/1975, uma assembléia decretou greve em apoio ao professor Sinval Medina, reprovado na qualificação para o mestrado por uma banca acusada de falta de isenção, e desligado da ECA**

de “segurança nacional”, a ponto de tomar tempo e atenção de generais e mobilizar centenas de espiões e agentes.

Fundada em 1966, a Escola de Comunicações e Artes ainda não tinha, em meados da década de 1970, sequer a estrutura administrativa que existia no resto da USP. Seus diretores eram professores titulares vindos de outras unidades e não havia uma Congregação. Assim, chegou para dirigir a ECA o professor Manuel Nunes Dias, antes chefe do Departamento de



**José Américo, estudante: fichado, como vários outros**

História. Nunes era tido pelos professores e alunos como praticamente um agente dos órgãos de repressão no comando da escola. Um dos “alunos mais ativos da época” segundo estes mesmos órgãos, o ho-

je vereador José Américo Dias, diz que Nunes era “declaradamente, um agente”.

No período anterior à greve o diretor já havia proibido uma feira de livros e uma palestra sobre “Colonialismo Português”. Cortou o auxílio da ECA ao Diretório Acadêmico e retirava cartazes dos murais, às vezes pessoalmente. A pedido de órgãos de segurança, deixou de renovar os contratos dos professores Paulo Emílio Salles Gomes e José Marques de Mello. Foi preso dentro



**Manuel Dias, diretor da ECA: agente da repressão**

da escola, sem que se saiba de protesto de Nunes, o professor Jair Borin, em 1974. Papéis da Aesi indicam que o diretor constantemente repassava àquela agência material e informações, e regis-

tram conversas suas com agentes do Dops infiltrados na ECA.

O estopim da greve foi a reprovação do professor SINVAL Freitas Medina na sua prova de qualificação para o mestrado. Em razão desse resultado, ele perdeu seu contrato com a ECA, onde já lecionava no curso de Jornalismo. A reação dos alunos, em apoio a Medina e a um grupo de professores (sua esposa Cremilda Medina, Paulo Roberto Leandro e o chefe do Departamento, Walter Sampaio) que se demitiram em solida-

**Manuel Nunes Dias, diretor da ECA, sofria críticas até mesmo dos órgãos de repressão, por agir “de modo inoportuno” e por mostrar-se “inábil” e tomar “atitudes violentas que favorecem a baderna”**

riedade, por considerar a banca de qualificação injusta, opôs o grupo “Nova Ação” à diretoria do Calc, que não queria a greve.

Em 16 de abril de 1975, uma assembléia decretou a greve estudantil, e seis dias depois o grupo de oposição realizou uma assembléia que destituiu a diretoria do Calc e ocupou sua sede. A greve estudantil que paralisaria a escola por 73 dias, catalisando a irritação contra Nunes em um movimento que exigia a renúncia de um diretor autoritário e destituído de legitimidade,

avançava na reconstrução do movimento estudantil e na retomada da cooperação entre os alunos de diferentes unidades na USP.

Desde 1971 existia na USP o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), que veio substituir o DCE, tornado clandestino em 1969. Entretanto, apesar de ter organizado um plebiscito sobre ensino pago que chegou à imprensa e provocou reação irritada do ministro Jarbas Passarinho, a ação do CCA era limitada e ainda bastante vigiada pelos órgãos de repressão. A greve estudantil na ECA, na medida que se prolongava, denunciava uma situação de opressão e autoritarismo semelhante à de

outras unidades da USP, e cuja legitimidade dificultava sua caracterização pelo regime militar como “subversão”.

A greve estabeleceu na ECA grupos de discussão e atividade. Cresceu em torno dela o apoio de alu-

nos de outras unidades, e mesmo de outras universidades. No dia 8 de maio, uma assembléia na USP reuniu cerca de mil alunos de outras áreas, segundo documento do Dops. A solidariedade de outras escolas gerou a realização de dias de paralisação em várias delas, e outras universidades, como a Federal Fluminense (UFF), organizaram manifestações de apoio. O movimento obteve ampla repercussão, muitas vezes sendo pesadamente criticado na imprensa, como em editorial de

22 de maio de 1975 de *O Estado de S. Paulo*.

Surgiu nesta época a “Comissão Universitária”, formada como espaço de atuação de alunos de diversas unidades da USP, visando coordenar o movimento, discutir problemas comuns e preparar a recriação do DCE.

“Estávamos cansados de pedir apoio ao CCA sem êxito, até que resolvemos formar as comissões externas pró-DCE Livre”, conta José Américo.

“A ECA é, no momento, o principal foco de agitação da USP”. Assim começa a comentar a greve, em documento produzi-

do em maio de 1975, o general Ednardo D’Ávila Mello, comandante do II Exército, em cujas dependências seria assassinado, meses mais tarde, o jornalista Vladimir Herzog, professor de telejornalismo da ECA.

O “Relatório Especial de Informações 01/75”, documento de

## USP PAROU EM REPÚDIO AO ASSASSINATO DE HERZOG

José Chrispiniano  
Jornalista

“Quanto às demais faculdades hoje (20/10/75) havia protestos por toda a parte, apesar de eu ter citado somente as que o movimento era fora do comum [*sic*]. O ambiente nesta noite na USP está bem conturbado, notava-se uma certa apreensão no olhar dos estudantes, como se alguma coisa os preocupasse. Prometem eles muitas reuniões para o dia 21 para frente.”

O relato acima, de autoria do agente do Dops nº 636, é endereçado ao delegado titular Sílvio Pereira Machado. Aponta a preocupação que tomou conta da universidade após a onda de capturas ocorridas no fim de semana anterior pelo DOI-Codi do II Exército. Professores e ex-alunos, num total estimado pelos estudantes em 48 prisões. Que continuariam nos dias seguintes daquele outubro fatídico.

No dia 24, Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, atende a uma intimação e apresenta-se ao DOI-Codi. Torturado com choques elétricos, Herzog estará morto no dia 25. Fora uma das vítimas da “Operação Jacarta”, promovida pelo II Exército com a finalidade de aniquilar dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Jornalista de grande prestí-

onde trouxeram um mural com informes sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. (...) Informo ainda que, em todas as escolas onde existem denúncias, estas vem estampadas como sendo ‘Assassinado’ pela repressão.”

Documento assinado pelo delegado Machado, em trecho intitulado “O movimento estudantil e a mobilização subversiva”, anota a escalada da reação estudantil ao assassinato de Herzog. Uma assembléia aconteceu na ECA no mesmo dia 27 de outubro, às 16 horas, e decidiu por uma greve geral na USP.

Outra aconteceu à noite, nas Ciências Sociais, com 500 alunos. Outra na manhã seguinte. Rapidamente o movimento se expandiu, mostrando uma crescente articulação.

O delegado do Dops registra a paralisação de uma série de unidades da USP, entre as quais a

Entre 27 e 31 de outubro, uma greve de protesto paralisou as principais unidades da USP, além da Escola de Sociologia e Política e da Faap

gio, sua morte causa enormes embaraços ao regime militar. A versão do II Exército era obviamente insustentável: “suicídio”.

Mais um relato do agente 636, agora no dia 27, data em que Herzog foi enterrado: “Na ECA havia um aglomerado junto ao saguão,

12 páginas sobre o movimento estudantil, assinado pelo general, dedica três delas à ECA. Após assinalar a existência de uma “divisão” entre “elementos comunistas” (dos quais destaca a professora Cremilda Medina) e o diretor da escola, ele próprio critica Nunes: “quando age, o faz

de modo inoportuno, concorrendo para o agravamento da crise”. Outro documento, de 18 de abril de 1975, afirma que Nunes “tem se mostrado inábil, com atitudes violentas que somente favorecem aos interesses das forças da baderna”.

Assinada com a data de 21 de maio, foi enviada aos pais dos es-

tudantes uma carta assinada por “Alunos da ECA”, aparentemente forjada. A carta diz que o “delito Medina” poderia ser resolvido pelos meios legais, que a formação de uma Congregação estava sendo resolvida, mas que a demissão de Nunes era uma exigência “absurda”, porque “não existe no longo

Escola Politécnica, as faculdades de Medicina, de Arquitetura e Urbanismo, de Administração e Economia e de Medicina Veterinária. Instituições privadas como a Escola de Sociologia e Política e a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) também paralisaram suas aulas. Uma greve de protesto, pela libertação dos outros presos políticos. A paralisação se estenderia até o dia 31 de outubro, dia do ato ecumênico na Praça da Sé, culto que marcaria um protesto público contra a ditadura, e para o qual as assembleias pediam participação em massa dos estudantes.

Os jornais dos órgãos estudantis recomendavam cautela a quem fosse participar do ato da Sé. Ainda estavam na memória de todos as prisões e identificações que se seguiram à missa por Alexandre Vannuchi Leme, em 1973. Pedia-se aos estudantes que comparecessem em grupos pequenos, e, depois do ato, se dispersassem rapidamente pelo centro. Mas ninguém foi detido por participar da celebração presidida por dom Paulo Evaristo Arns, rabino Henry Sobel e pastor James Wright, embora a polícia tivesse



Agência Estado

**Culto ecumênico por Herzog em 31 de outubro de 1975**

procurado impedir que as pessoas se deslocassem até a Sé.

A forte reação da sociedade ao assassinato de Herzog, na qual teve papel destacado o Sindicato dos Jornalistas, levou o DOI-Codi a libertar alguns dos jornalistas presos na razia de outubro, como Paulo Markun e Diléa Frate. Contudo, várias pessoas permaneceram encarceradas, inclusive o jornalista Sérgio Gomes da Silva, detido desde o dia 5.

Apenas após a ocorrência de uma nova morte no DOI-Codi, também por “suicídio”, a do ope-

rário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, é que o ditador Geisel resolveu destituir do comando do II Exército o general Ednardo D’Ávila Mello, encerrando-se assim a “Operação Jacarta”. Novas mortes, contudo, ocorreriam em dezembro de 1976, com o II Exército sob comando do general Dilermando Gomes Monteiro: a “Chacina da Lapa”, o assassinato de três dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Outros seis membros do PCdoB foram presos e torturados nessa ocasião.

passado desse educador nada que venha contra sua pessoa, como homem ou como professor”. Segundo a carta, esta exigência prestava-se apenas a manter “a agitação e a baderna na USP”. A carta termina assim: “Senhores Pais, discutam com seus filhos para que não sejamos ‘inocentes’ nas mãos de subversivos”.

Na visão da Assessoria Regional de Segurança e Informação do MEC, chefiada por Arminak Cherkezian, o “objetivo real” do movimento seria a rearticulação do DCE e de uma nova UNE.

“A demora em providências que venham a coibir o propósito acima apontado poderia resultar em seu nenhum efeito, como nenhum efeito surtiu a tardia carta ora dirigida pelos professores demissionários Walter Sampaio, Cremilda Araújo Medina, Sinval Freitas e

Paulo Roberto Leandro aos estudantes, concitando-os à volta às aulas”, conclui o documento.

De fato, o pedido dos professores, feito após ser criada a Congregação da unidade (o que diminuiria, em tese, os poderes de Nunes), foi rejeitado. A luta tinha assumido outras proporções. Mas era impensável, para a universidade e os órgãos de segurança, concordar com a saída de um diretor, por mais reconhecidamente “inábil” que fosse.

Durante os protestos, boletim dos estudantes relata que, em um mês, ao menos oito deles foram

intimados a prestar depoimentos no Dops, que elaborou uma lista com nome e endereço dos 28 alunos “mais ativos” no movimento de greve. O auto policial, arquivado como pasta OP-1514 no Arquivo do Estado, registra a investigação a que foram submetidos José Américo e Edmundo Machado de Oliveira, instituída por Sívio Pereira Machado, o delegado que chefiava a vigilância no campus. O assunto: “Eclosão de assembléia permanente”.

Nos depoimentos eram chamados muitas vezes não só os es-

**Durante a greve, ao menos oito estudantes foram intimados a prestar depoimentos no Dops, que elaborou uma lista com nome e endereço dos 28 alunos “mais ativos” no movimento. Muitas vezes os pais também eram chamados**

tudantes, mas também seus pais. “Depois de horas de depoimento, colocavam estudantes e suas mães para receber um sermão coletivo do Erasmo Dias”, conta José Américo, referindo-se ao então secretário da Segurança Pública. “Em tom de ameaça, este dizia às mães que seus filhos queriam estabelecer o comunismo, o Anti-Cristo... Após ouvir tudo aquilo, bem tranqüila, minha mãe disse às outras: ‘Esse senhor é maluco!’ O delegado Sívio Pereira Machado, por sua vez, nos incitava a pegar em armas.” Documento do Dops registra os

esforços de um agente para seguir os dois estudantes, e João Batista Rodarte, na noite de 18 de junho de 1975, entre 20h00 e meia-noite, pelas ruas de São Paulo.

Um documento curioso sobre o impasse criado pela greve é uma análise feita pela Polícia Federal, que sugere que o envolvimento de parlamentares do PMDB, como o então deputado estadual Alberto Goldman, poderia abrir um diálogo. “Concessões menores” e a saída antecipada de Nunes, que segundo a PF havia “perdido a autoridade moral”,

eram outras de suas recomendações para a solução da crise. A negociação seria facilitada por ainda não ter sido aplicado o “477” (ver “As leis da repressão”, p. 71).

O fim do movimento deveu-se, porém, ao esvaziamento das assembléias e da participação após

mais de dois meses de paralisação. Nunes só deixaria a diretoria no fim do seu mandato, em outubro de 1976, com comemoração dos alunos e da maioria dos docentes registrada na imprensa da época. Os alunos da ECA perderam o semestre. Mas o movimento teve o peso de uma ação maior dos alunos em direção à retomada da liberdade de ação e organização do movimento estudantil. Uma tragédia no final de outubro — o assassinato de Herzog — acabaria se tornando mais um passo nesta retomada.